



TERMO DE ADESÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Declaração firmada pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NATAL**, objetivando desenvolver ações no âmbito da política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário.

O Prefeito do Município de Natal, **ÁLVARO COSTA DIAS**, declara firme vontade de desenvolver ações no âmbito da política de atenção à pessoa egressa do sistema prisional, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 307, de 17 de dezembro de 2019, e demais legislações correlatas, observando os seguintes critérios:

1. O presente Instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação de Escritório(s) Social(is).
2. **CONDIÇÕES:** A efetivação do presente Termo de Adesão dar-se-á mediante as condições estabelecidas no Plano de Trabalho que irá compor, num prazo de 60 dias, o Termo de Cooperação Técnica nº 024/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.
3. **ATUAÇÃO COORDENADA:** o município buscará desenvolver ações coordenadas com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e o Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade das ações de atenção às pessoas egressas, conforme Manuais dos Escritórios Sociais publicados pelo Conselho Nacional de Justiça.
4. **GESTOR LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento a senhora Adrea Dias Costa de Viveiros, Cédula de Identidade RG 001.132.886, CPF 722.814.484-87, endereço eletrônico gabinete.semtas@natal.gov.rn.br, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho supramencionado.
5. **VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com vigência até o término do Termo de Cooperação Técnica nº 024/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça

do Estado do Rio Grande do Norte e do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

6. RESPONSABILIDADES:

6.1 São responsabilidades gerais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte:

- 6.1.1 Responsabilizar-se pela divulgação o(s) Escritório(s) Social(is) e seus respectivos serviços aos juízes do Estado do Rio Grande do Norte, onde estes estão ou venham a ser implantados, orientando-os para receberem as equipes técnicas para fins de alinhamento das ações que serão implementadas em conjunto;
- 6.1.2 Encaminhar por meio de juiz(es) da(s) Vara(s) de Execução Penal as pessoas egressas do sistema prisional ou realizar o acompanhamento das condicionalidades atinentes àquelas;
- 6.1.3 Priorizar a destinação de penas pecuniárias para a implantação, o fomento e fortalecimento dos projetos e serviços do(s) Escritório(s) Social(is);
- 6.1.4 Desenvolver e apoiar, por meio do Programa Novos Rumos na Execução Penal, as ações e os projetos que tenham como finalidade promover oportunidades à pessoa egressa e seus familiares; e
- 6.1.5 Realizar o processamento da execução penal, dos benefícios e da análise das condicionalidades interpostas à população atendida pela política de atenção às pessoas egressas, considerando relatórios técnicos elaborados pelas equipes do Escritório Social.

6.2 São responsabilidades gerais do Governo do Estado do Rio Grande do Norte:

- 6.2.1 Por meio do órgão gestor da Administração Penitenciária, disseminar e apoiar a estruturação de Escritório(s) Social(is) em seu território, seja de forma direta, seja mediante apoio à implantação no âmbito dos municípios, por adesão das prefeituras municipais;
- 6.2.2 Aportar recursos financeiros do Fundo Penitenciário Estadual e outras fontes de receitas, próprias ou captadas por meio de convênios ou subvenções, a fim de contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade dos serviços prestados pelo(s)

Escritório(s) Social(is), conforme condições estabelecidas no Plano de Trabalho mencionado na Cláusula Terceira, Parágrafo Segundo - do Termo de Cooperação.

I O Governo do Estado do Rio Grande do Norte deverá envidar esforços para alocar recursos em rubrica orçamentária específica.

6.2.3 Subsidiar a articulação interinstitucional do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando a promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos em conjunto, capacitações, entre outras ações;

6.2.4 Garantir a realização da metodologia de mobilização de pré-egressos e a adoção de procedimentos de soltura com encaminhamento à equipe de referência do Escritório Social, bem como o fornecimento de informações das pessoas egressas às Varas de Execução Penal do município/Comarca;

6.2.5 Subsidiar o(s) Escritório(s) Social(is) com o envio de cópias de prontuários e outros documentos relativos à pessoa egressa;

6.2.6 Desenvolver e apoiar, por meio do Departamento de Promoção à Cidadania da SEAP, os programas e projetos que tenham como finalidade a oportunidade à pessoa egressa e seus familiares;

6.2.7 Contribuir com o monitoramento do cumprimento das legislações, em âmbito nacional e estadual, garantindo a inserção no mercado de trabalho, por meio de políticas afirmativas que estabeleçam um percentual mínimo de contratação para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

6.2.8 Por meio da **Secretaria Estadual do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS**, contribuir com a articulação intersetorial do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando a promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos, entre outras ações;

6.2.9 Estimular a inserção e atualização cadastral no Cadastro Único das famílias de pessoas privadas de liberdade, assim como o acesso aos serviços

socioassistenciais;

6.2.10 Estabelecer parcerias com a Secretária de Administração Penitenciária para promoção de projetos/ações no âmbito da economia solidária;

6.2.11 Firmar parcerias com instituições de formação profissional com vistas a promover a formação profissional de egressos do sistema prisional, bem como a inserção em iniciativas de geração de renda, acrescido a orientação e encaminhamento para vagas de trabalho;

6.2.12 Realizar o levantamento de dados relativos ao atendimento da pessoa egressa do sistema prisional para o aprimoramento das ações socioassistenciais no âmbito da inserção produtiva;

6.2.13 Viabilizar o acesso à política habitacional disponível.

6.3 São responsabilidades gerais do município de Natal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:

6.3.1 Executar, por meio das Equipes de Referência do Escritório Social nas quatro regiões administrativas do município, nos Centros de Referência de Assistência Social, as ações necessárias para o acolhimento, atendimento e acompanhamento das pessoas egressas do sistema penitenciário, sendo responsáveis pela articulação da rede de serviços de proteção e inclusão social, além de outras políticas e programas ofertadas pelo Poder Público, sendo os resultados do atendimento e do acompanhamento, quando solicitados pelo Poder Judiciário, comunicados regularmente ao Juízo ao qual estiver submetido o registro de cumprimento de condicionalidades;

6.3.2 Disponibilizar os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento e sustentabilidade dos serviços prestados pelas Equipes de Referência do Escritório Social nas quatro regiões administrativas do município, bem como a estruturação do serviço, com a definição de local, cessão de equipes, instalações e aparelhamento do Escritório;

6.3.3 Buscar a efetividade das ações a serem desenvolvidas pelas Equipes de Referência do Escritório Social, por meio de sua estruturação, com competências técnicas psicossociais e jurídicas, articulação de parcerias estratégicas, formação e capacitação da rede social parceira, atendimento, encaminhamento e acompanhamento das pessoas egressas do sistema penitenciário, bem como da

comunicação sistemática junto ao Poder Judiciário;

6.3.4 Subsidiar a articulação interinstitucional das Equipes de Referência do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando a promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos em conjunto, capacitações, entre outras ações;

6.3.5 Empreender a sistematização dos dados registrados, garantindo a proteção dos dados pessoais sensíveis, bem como a disponibilização de informações de caráter público para produção de conhecimento que norteará a condução da política de atenção da pessoa egressa do município, bem como, do Sistema Penitenciário do Estado, contribuindo para melhorias nas ações desenvolvidas;

6.3.6 Viabilizar a interlocução das equipes de referência do Escritório Social com as equipes psicossociais das unidades prisionais para realizar ações junto a pré-egressos, contribuindo para apresentação do Escritório Social nos procedimentos de soltura.

Município de Natal, 104 de setembro de 2020.



ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito do Município de Natal